


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1017132-82.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
 Embargado: **Lioni dos Santos Barbosa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos

O **INSS** opôs **EMBARGOS À EXECUÇÃO** de sentença movida por **LIONI DOS SANTOS BARBOSA**, devidamente qualificados, aduzindo, em suma que: há excesso na cobrança, uma vez que o exequente apresentou cálculos aplicando índices de correção do benefício em manutenção, sobre o IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 1,3967, bem como adotando o divisor de 637,64 na competência 03/1994, o que afronta os dispositivos legais que disciplinam a matéria, bem como entendimento pacífico da jurisprudência dos Tribunais Superiores. Apontou como correto o montante de R\$ 44.631,76, sendo que R\$ 44.373,86 devidos à parte autora e R\$ 257,90 a título de honorários.

Sobreveio impugnação às fls. 49 e ss, onde o exequente alega que os cálculos apresentados estão rigorosamente certos.

Os autos foram encaminhados à Contadoria do Juízo, que encartou a informação de fls. 63, onde esclareceu que os cálculos apresentados pelo obreiro estão em consonância com a sentença e V. Acórdão.

Às fls. 66 o embargante pediu a total improcedência dos embargos, ante a manifestação do auxiliar do Juízo.

O Embargante silenciou frente a informação da contadoria, conforme certidão de fls. 73.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

RELATEI, na síntese do que tenho como necessário.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabeleceu a controvérsia.

Os embargos sustentam excesso de execução apontando que ao invés do valor cobrado pelo exequente, ou seja, R\$ 61.873,85 (oitenta e um mil e oitocentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos), o correto é R\$ 44.631,76.

Os autos foram, então, enviados à Contadoria, que apurou a perfeita adaptação dos cálculos apresentados com a r. sentença e v. acórdão.

E o embargante silenciou, na sequência.

Cabe ainda ressaltar o que vem sendo julgado pelos Tribunais, reconhecendo o que deve nortear os cálculos:

“O QUE DEVE NORTEAR OS CÁLCULOS RELATIVOS AO AUXÍLIO ACIDENTE CONCEDIDO JUDICIALMENTE SÃO AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES NA LEI 8.213/91 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES, EM CONSONÂNCIA COM A COISA JULGADA. O ÍNDICE DO IRSM DE 01/94 É DE 1,4025 ESTANDO INCORRETO O ÍNDICE PLEITEADO PELA AUTARQUIA, DE 1,3025. O IRSM DE FEVEREIRO DE 1994, DE 39,67% TEM DE SER CONSIDERADO NA CONVERSÃO PARA A URV, OPERANDO-SE ESTA PELO FATOR DE 637,64. OS EMBARGOS À EXECUÇÃO SUJEITAM-SE À SUCUMBÊNCIA, DEVENDO A VERBA HONORÁRIA INCIDIR SOMENTE SOBRE O MONTANTE EM DISCUSSÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO” – APELAÇÃO SEM REVISÃO N. 717.671-0/8 – COMARCA DE SANTO ANDRÉ – 2ª VARA CÍVEL – APELANTE: INSS – APELADO: JOAQUIM CORDEIRO DE OLIVEIRA.

Assim, só nos resta proclamar que a execução deve seguir o valor pleiteado pelo exequente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

* * *

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **REJEITO OS EMBARGOS**, prosseguindo a execução pelo valor de R\$ 61.873,85 (sessenta e um mil e oitocentos e setenta e três reais e oitenta e cinco reais).

Ante a sucumbência, fica o embargante condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do embargado, que fixo, em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação.

P. R. I.

São Carlos, 05 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**